

Autoras e autores:

Aquiles Filho. Bruno Pompeu. Carlos Augusto de Miranda e Martins.
Clotilde Perez. Dilma Souza Campos. Flávia Mayer dos Santos Souza.
Francisco Leite. Juliana Bellia Braga. Laura Guimarães Corrêa. Laura Wottrich.
Leandro Leonardo Batista. Lina Maria Moreira Garai da Silva.
Lunalva de Oliveira Mendes Lima. Marcos Emanuel Pereira. Marina A. E. Negri.
Pablo Moreno Fernandes. Rafael T. Barreto. Renata Hilario. Roberto Santos.

PUBLICIDADE ANTIRRACISTA

Reflexões, Caminhos e Desafios

Organizadores: **Francisco Leite**
Leandro Leonardo Batista

DOI 10.11606/9788572052627

Escola de Comunicações e Artes - ECA
Universidade de São Paulo – USP

São Paulo – SP
2019

CAPÍTULO 4

ANTIRRACISMO, RECONSOLIDAÇÃO DE MEMÓRIA E *MIXED REALITY*

Leandro Leonardo Batista

1. Introdução

As formas como o pensamento racista é mentalmente integrado nas considerações das nossas relações sociais têm demandado muita atenção de pesquisadores de várias áreas. Modernos meios de pesquisa, que incluem desde respostas cognitivas automáticas até análises imagéticas de respostas cerebrais, têm buscado identificar como esses pensamentos se formam, fazem parte de nossas decisões e até como conseguimos evitá-los conscientemente ou não.

No entanto poucos estudos têm buscado formas de diretamente modificar esses conteúdos mentais, focando especificamente em um indivíduo e suas idiossincrasias, que afinal é o ponto central da tarefa de ampliar os esforços antirracistas. As formas indiretas, tais como a publicidade contraintuitiva (LEITE, 2008 etc.), as legislações e os programas de inclusão entre outras formas, atuam na expectativa de que essa reconsideração acontecerá ao longo do tempo, mas é possível pensar em alternativas que atuem mais direta e imediatamente nas crenças individuais que articulam tais conteúdos mentais.

Durante a nossa vida somos expostos a todo tipo de informações, que, de uma forma ou de outra, vão construindo nossas crenças a respeito do mundo que nos cerca. Não é diferente com as relações sociais que têm a raça como mediador de nossos valores. A comunicação, em todas suas formas, nos apresenta sugestões de como a sociedade é formada, uma sugestão que é descritiva e não separa causa e efeito, portanto não nos auxilia a considerar o assunto sob uma perspectiva reflexiva e interpretativa dessas relações. Assim, somos expostos, tanto pela mídia como pelas nossas próprias

observações, às desigualdades sociais e às suas consequências nos índices de violações das regras sociais (em geral crimes), sem que tenhamos como refletir muito a respeito, uma vez que essas observações se apresentam com alta frequência e sem uma oportunidade de reflexão associada a elas.

Podemos considerar que é dessa maneira que formamos estereótipos a respeito de tudo que nos cerca, uma vez que desse conjunto de informações a que somos expostos temos uma urgência de criar padrões que facilitem a organização de nosso processamento mental. O emprego dos estereótipos sociais é uma das principais estratégias mentais de que dispomos para demarcar as linhas relacionais e categorizar os personagens que atuam no nosso entorno.

O pesquisador James Alexander Campbell Brown indicou que os estereótipos são essenciais para demarcar simbolicamente os limites de navegação social, uma vez que:

[...] a maioria das pessoas deseja considerar os problemas simples e não complexos, deseja ter seus preconceitos confirmados, deseja sentir que “pertence” a alguém ou a alguma coisa, subentendendo que outros “não pertencem”, e precisam apontar um inimigo a quem culpar por suas frustrações. (BROWN, 1971, p. 27).

Assim, conteúdos informacionais que atuem fortalecendo esses aspectos têm maior chance de serem efetivos, por atuarem sob estruturas já existentes e aceitas pelo receptor. Os conteúdos que apresentam divergências com as estruturas do receptor dependem de um esforço cognitivo maior, i.e., considerações sobre uma justificativa, ou atribuição, associada à mudança sugerida nas crenças do indivíduo (JOST; HUNYADY, 2005).

Quando essa mudança é percebida como espontânea, portanto sem uma justificativa interna ou externa ao indivíduo, os efeitos persuasivos tendem a ser mais duradouros. Quando a mudança é associada com uma justificativa para essa posição, a força da justificativa indica a duração do efeito persuasivo. Desse modo, quanto mais um indivíduo se sente pressionado a modificar um posicionamento, menos duradoura será essa nova posição, pois o que será mais saliente é a fonte persuasiva a quem será atribuída a função de agente da mudança e não à sua própria organização mental.

Então, os estereótipos que são apresentados de forma natural, com pouco esforço persuasivo, tendem a criar posições mais difíceis de modificar, por serem percebidas como naturais e não demandarem um processamento

complexo. Por outro lado, o processamento de informações contraestereotípicas demanda atenção e esforço cognitivo para serem efetivas na sua missão de alterar a estrutura cognitiva do indivíduo.

Para o pesquisador Marcos Emanuel Pereira, a comunicação participa dessa formação, uma vez que estereótipos são:

[...] artefatos humanos socialmente construídos, transmitidos de geração em geração, não apenas através de contatos diretos entre os diversos agentes sociais, mas também criados e reforçados pelos meios de comunicação, que são capazes de alterar as impressões sobre os grupos em vários sentidos (PEREIRA, 2002, p. 157).

De fato, os estereótipos funcionam como recurso facilitador para a compreensão dos discursos mercadológicos. Por exemplo, a publicidade recorre a essa forma de comunicação, tendo em vista seu curto tempo para a realização de sua enunciação, configurando-se numa ferramenta estratégica de persuasão muito utilizada para facilitar o armazenamento e a consolidação da mensagem na estrutura cognitiva (memória) do indivíduo. A publicidade e outras ferramentas de comunicação, tais como as séries de TV, podem ser consideradas como prováveis responsáveis por projetar e fortalecer marcas socioculturais, ao se apropriarem dos estereótipos sem critérios, de forma a estabelecer relações sociais e, muitas vezes, com sentido depreciativo a determinados grupos de indivíduos.

Existe um risco associado a esse uso que ocorre quando a noção de preconceito, ao invés de mudança das crenças, domina a comunicação. De acordo com Pereira (2002, p. 77), a noção de preconceito “refere-se a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe ser membro do grupo”. Esse é um ponto preocupante, pois, como afirma Krüger (2004, p. 37), “quando estiverem associados a sentimentos, os estereótipos sociais passam a constituir estruturas psicológicas de maior complexidade, caracterizadas como atitudes, preconceitos sociais”.

Embora as crenças sociais possam ser consideradas como um conjunto de crenças individuais, as primeiras podem ser mais dominantes, devido aos efeitos associadas às coletividades (por exemplo, efeito manada), que geram estigmas e estereótipos sociais, que acabam por determinar os efeitos de preconceito. As crenças individuais dependem das experiências pessoais em todas as suas possibilidades (percepção, pensamento, raciocínio e imaginação), assim se formam por associação e são definidas como

aquilo que aprendemos durante a vida e adotamos como verdade, sendo, portanto, adquiridas nas mediações de relacionamento e aprendizagem do indivíduo: em casa com os familiares, na escola, com a mídia, em suma, no corpo social. Muitas dessas crenças estão enraizadas no corpo social, são exercitadas de forma explícita e muitas vezes generalizadas pelos indivíduos, via atitudes e posicionamentos em relação a determinados grupos sociais estigmatizados e considerados minorizados.

De forma geral, estereótipos e suas consequências podem ser vistos como formas de avaliação. Embora essas avaliações possam ser implícitas ou explícitas, as avaliações implícitas parecem ser mais problemáticas, pois estão associadas com os comportamentos automáticos. Assim, como discutido acima a respeito de estereótipos, essas avaliações são produtos de exposição de longo tempo durante a vida de um indivíduo, e podem persistir na memória de um indivíduo mesmo com mudanças de atitude (WILSON *et al.*, 2000). Mudanças dessas associações já foram indicadas por ocorrerem quando confrontadas com informações denominadas de contra-atitudinais (RYDELL; MCCONNELL, 2006; RYDELL; MCCONNELL; MACKIE; STRAIN, 2006; RYDELL; MCCONNELL; STRAIN; CLAYPOOL; HUGENBERG, 2007). Desse modo, é possível pensar que se um grupo é avaliado socialmente como negativo, apresentações repetidas desse grupo de forma positiva podem eventualmente modificar essas crenças para positivas, dentro de determinadas condições de confronto cognitivo.

Os estudos de reconsolidação de memória, discutidos a seguir, levam-nos a crer nessa possibilidade.

2. Os estudos de reconsolidação de memória

A memória é um dos construtos de bastante interesse na área de comunicações, mas é ainda de maior interesse para os estudos da publicidade. Tanto é assim que o *recall* (lembança estimulada ou não) é uma das medidas de grande interesse nesse campo. Uma busca no Google Acadêmico, considerando apenas trabalhos publicados em português, com os termos propaganda + recall, publicidade + recall e publicidade + propaganda + recall, incluindo apenas os anos de 2016 e 2017, gera 13.700, 319 e 148 entradas, respectivamente. A discrepância observada nesses números indica a generalidade do termo propaganda nos estudos em português, mas o volume observado indica o interesse pelos aspectos associados aos efeitos na memória.

Durante muito tempo considerou-se que as memórias, uma vez formadas, eram mantidas intactas até que fossem desaparecendo devido a doença ou idade. Estudos datados do início do século passado, com foco em aprendizado verbal (cf. ALBERINI, 2013), formaram a ideia que perdurou durante muito tempo, de que memórias duráveis eram formadas por um processo de consolidação. Essa consolidação acontecia após um período inicial de formação da memória, durante o qual essas memórias eram susceptíveis a interferências, após o que ficavam estáveis e resistentes aos efeitos da amnésia mesmo com o passar do tempo. Assim, estudos de aprendizado de listas indicaram que o conteúdo a ser memorizado poderia sofrer tanto influências anteriores ao seu armazenamento (efeitos pró-ativos) como posteriores (efeitos retroativos) até o momento de sua consolidação. Estudos muito antigos, desenvolvidos por Muller e Pilzecker (*apud* KANDEL, 2006, p. 235), sugeriram que a memória seria consolidada após um período de aproximadamente duas horas. Após esse período, a informação estava armazenada em um estado permanente.

Os estudos citados e os demais que seguiram essa linha de pensamento sugeriram a denominada hipótese da consolidação sináptica, ou seja, a consideração que a memória, uma vez consolidada, era permanente e não poderia ser modificada. Conforme apresentado por Alberini, Ansermet e Magistretti (2013), para a neuropsicologia, a memória é um engrama, ou seja, uma forma hipotética de como a informação é armazenada por meio de uma mudança biofísica ou bioquímica no cérebro, respondendo a um estímulo externo. Essas modificações foram identificadas experimentalmente considerando, principalmente, as atividades neurais (EICHENBAUN, 2004). Com o passar do tempo, as atividades neurais se transformam em modificações sinápticas, formando novas ou fortalecendo as relações já existentes. Assim, novos aprendizados se transformam em modificações quase permanentes, o que foi cunhado como consolidação de memória (McGAUGH, 2000). Essas novas memórias poderiam se perder em situações de interferência pró-ativa ou retroativa, se estas acontecessem próximo ao momento da aquisição, considerando interferência em um sentido amplo que iria desde estímulos concorrentes até traumas ou efeitos de drogas.

Dessa forma, durante longo tempo, estudos no campo da memória demonstraram que existe uma janela de oportunidade para modificar ou impedir a formação de memórias nos momentos imediatamente após a apresentação dos estímulos, ou seja, no momento em que a memória está

se formando. No entanto alguns estudos clássicos na área identificaram que alguns tipos de memória poderiam ser afetados mesmo depois de consolidados. Por exemplo, estudos que focam em maleabilidade de memórias indicam que erros ocorrem em função da informação dada, tanto na hora do armazenamento como na hora da recuperação da memória. Loftus e colegas fizeram vários experimentos que indicavam essa possibilidade. Em um deles (LOFTUS; PALMER, 1974), indivíduos tinham que estimar a velocidade de carros que se amassaram, chocaram-se ou bateram, dependendo da condição (*smashed, collided e bumped*, no original), a partir de uma mesma imagem fotográfica do mesmo acidente. Depois de algum tempo, era pedido que se lembrassem de terem visto ou não vidros quebrados na imagem observada. Estes foram mais mencionados na condição de *smashed*, mesmo não havendo nenhum vidro quebrado na foto original. O *hindsight bias*, ou viés retrospectivo, é também um erro involuntário que, por inúmeras razões, afeta a memória. Nesse fenômeno, o indivíduo, em situações de alta incerteza, modifica a sua resposta para se aproximar da resposta correta, quando informado desta, como, por exemplo, tentar adivinhar a altura de algum ponto bem conhecido, como O Cristo Redentor, do Rio de Janeiro. Receber posteriormente a resposta certa faz com que indivíduos “lembrem” a resposta que deram sendo muito mais próxima do dado real, do que realmente tinham afirmado, mesmo quando o benefício era acertar o número dado anteriormente. Nader, Hardt, Einarsson e Finnie (2013) classificaram esse comportamento como uma forma de reconsolidação.

Esses e outros efeitos no mesmo sentido teórico, denominados como *cue-dependent amnésia*, segundo Nader (2013, p. 4), indicaram que o armazenamento na memória de longa duração apresentava uma plasticidade estacionária, enquanto aquela informação não estava sendo usada. Entretanto essa plasticidade era ativada quando a memória entrava em uso, salientando um processo dinâmico entre um estado ativo e outro estado inativo. O último pode ser considerado como dormente e insensível a modificações, enquanto o primeiro incluía as memórias novas sendo criadas e as reativadas, que eram instáveis, e poderiam combinar novas e antigas informações ao serem rearmazenadas. Esse dinamismo permite conciliar tanto os estudos iniciais, que afirmavam ser as memórias consolidadas perenes, quanto os estudos que observaram o efeito de *cue-dependent amnesia*.

Estudos mais recentes demonstraram que as memórias recuperadas apresentavam novamente um período de fragilidade, durante o qual elas

poderiam ser modificadas (BOURSCHEID; CARNEIRO, 2016). Segundo Agren (2014), a hipótese da reconsolidação da memória afirma que uma memória reativada entra em um estado mutável, quando ela pode sofrer influências que levem ao seu fortalecimento ou modificação. Esse processo, assim como se observou com os estudos de consolidação da memória, depende do momento que a interferência ocorreu, do tipo de memória e do tipo de manipulação. As principais descobertas nessa área foram feitas utilizando roedores como sujeitos, mas os estudos com humanos, que interessam mais a este capítulo, estão também bem desenvolvidos, formando uma consistente base de conhecimento.

Agren (2014) oferece uma valiosa síntese dos estudos sobre o tema realizados em humanos, como, por exemplo, os estudos em atenuação de memórias de medos aplicáveis em tratamentos de ansiedades, de estresses pós-traumáticos ou fobias que possuem grandes aplicações clínicas. Em alguns desses estudos, os pesquisadores fizeram uso da droga propranolol e demonstraram que a combinação de administração da droga e a reativação da memória associada ao medo levou os sujeitos a reduzirem sua associação de medo ao estímulo. Os participantes também apresentaram uma ausência de retorno daquela condição, o que não aconteceu com sujeitos que receberam placebo ou não tiveram a memória reativada junto com a droga, demonstrando, dessa forma, que essa fase de recuperação da memória é fundamental para a reconsolidação da memória.

Efeitos positivos da reconsolidação da memória e uso do propranolol também foram encontrados em usuários de cocaína. No entanto os efeitos positivos encontrados após 24 horas no grupo que recebeu a droga, comparado com o grupo que recebeu placebo, desapareceram após uma semana. Como esses sujeitos não estavam em abstinência, o uso da droga ou sua presença de alguma forma, fora da situação experimental, podem ter minado os efeitos da reconsolidação da memória (SALADIN *et al.*, 2013). Essa observação ganha força com o estudo de Xue *et al.* (2012), que demonstraram que viciados em heroína, em abstinência, expostos a um procedimento de extinção de comportamento, 10 minutos após uma exposição a um vídeo associado ao uso daquela droga diminuíam a sensação de necessidade da droga por até 180 dias. O mesmo efeito não foi observado em pacientes que tiveram o procedimento de extinção aplicado seis horas depois da exibição do vídeo. É importante salientar que os sujeitos de Xue *et al.* (2012) não receberam propranolol, expandindo o paradigma dessa área de

estudos para situações que relacionam mudanças de memórias previamente armazenadas, sem a aplicação de manipulação química.

É possível pensar que, no sentido alegado por Khun (1997), reconsolidação da memória se trata de um paradigma, pois vários experimentos foram realizados por diversos grupos de pesquisa, na busca de tentar entender o efeito da reconsolidação de memória fora do ambiente associado a problemas clínicos. Segundo Agren (2014), o primeiro estudo que demonstrou o efeito de reconsolidação ou a interrupção da reconsolidação usou memórias de procedimento. Nesse caso, os pesquisadores usaram tamborilar com os dedos e, como na maioria dos estudos na área, aplicou-se o protocolo experimental de três dias, no qual no primeiro se aprende a tarefa, no segundo essa memória é reativada (por um rápido ensaio da tarefa aprendida no dia anterior), para um grupo, mas não para o outro, e, no terceiro dia, realiza-se o teste da memória. Nesse experimento, Walker *et al.* (2003) relatam que os sujeitos que tiveram a memória reativada e a sua consolidação interrompida por um novo aprendizado (novo tamborilar dos dedos) demonstraram uma velocidade menor e uma quantidade de erros maior aos desafios, comparados com o grupo que não recebeu a reativação durante o teste de memória no terceiro dia, demonstrando a interferência em uma memória consolidada.

Memórias para objetos e listas de nomes têm sido bastante recorrentes nos estudos de reconsolidação de memória, com resultados diversos. Por exemplo, Hupbach *et al.* (2007) encontraram que a visualização de um conjunto de objetos sofreu intromissão na tarefa de memória quando, no segundo dia do experimento (seguindo o mesmo protocolo e método de interferência), uma nova lista foi aprendida. O mesmo não aconteceu com um grupo que também aprendeu a lista inicial, mas não passou pela reativação no segundo dia, sugerindo fortemente que a memória reativada no segundo dia é que faz com que ela se torne propícia a modificações, ou seja, maleável. Hupbach e seus colegas realizaram diversos experimentos, testando uma variedade de fatores com potencial de influenciar nos resultados de reconsolidação. Os autores demonstraram que o contexto é fundamental para o efeito acontecer, mas não o experimentador ou o uso apenas de recuperação mental da memória, pelo menos para estudos envolvendo memórias de procedimento.

Memórias biográficas, associadas com a vida do indivíduo, foram testadas por Schwabe e Wolf (2009), que demonstraram que os efeitos de reconsolidação aparecem em eventos neutros, mas não nos positivos ou negativos. Isso indica que a característica emocional dos estímulos pode mediar ou moderar

o efeito, uma vez que esse tipo de memória pode apresentar maior resistência à mudança. Essa dificuldade de mudança pode estar presente nas relações inter-raciais, uma vez que existe a expectativa de uma atitude negativa para com indivíduos percebidos como de outra raça. Nesse sentido, Kubota *et al.* (2012) confirmam o que, a princípio, pesquisadores das relações de atitudes negativas envolvendo raça acreditavam: que elas eram fixas.

No entanto pesquisas mais recentes indicaram que mesmo as atitudes mais automáticas em relação à raça se apresentavam maleáveis e dependentes de situacional e/ou disposicional fatores. Os autores, tomando como base estudos experimentais, afirmam que objetivos internos do indivíduo (fator disposicional) e do meio (fator situacional) podem alterar o comportamento dos neurocircuitos associados ao processamento de raça.

Assim, torna-se importante a busca por meios que não foquem em mudanças temporárias e sejam dependentes de esforço recorrentes do indivíduo, uma vez que essas formas podem atuar de forma restrita e ser pouco efetivas socialmente. Segundo Kubota *et al.* (2012), em relação ao racismo, uma mudança mais efetiva e que tenha maior durabilidade seria a mudança das associações originais que o indivíduo carrega, o que eliminaria a necessidade de esforços grandes e contínuos no controle das atitudes negativas associadas ao racismo. Segundo os autores, esse método seria a reconsolidação da memória, que alteraria tanto as associações de forma mais perene como também alteraria a resposta emocional nas relações interraciais e, conseqüentemente, os preconceitos associados a esse processamento. Nessa linha de pensamento, mas com foco em outro objeto que se apresenta como um grande problema social, o já citado trabalho de Xue e colegas (2012) demonstrou a possibilidade de alterações cognitivas de alta monta. Se a associação com drogas pode ser modificada nas relações mentais do indivíduo, é possível acreditar que as relações com raça também possam ser modificadas pela reconsolidação da memória. Mas esses seriam estereótipos maleáveis?

3. A maleabilidade do processamento mental de estereótipos

O processamento de estereótipos foi, conforme já discutido, considerado por muitos pesquisadores e por muitos anos, como fazendo parte do que se considera processamento automático, ou seja, aquele que se faz sem esforço cognitivo e também fora do controle do indivíduo. Assim, pes-

quisadores do final do século passado, como Bargh (1999), Devine (1989), Fiske (1998), entre outros, afirmavam que o culpado pelos vieses do processamento racial era a sua automaticidade, considerada como um processo inflexível, inescapável e dominante na forma de categorização, iniciado espontaneamente em face dos estímulos apropriados. Mais relevante do que o processamento automático era também a consideração de que esse processamento não era sujeito a alterações, uma vez que os esforços para sua modificação seriam em vão, dado que estavam fora do alcance do indivíduo.

No entanto, conforme afirma Blair (2002), nos dias de hoje, essa associação entre processamento por estereótipos e automaticidade vem sendo disputada por muitos pesquisadores, pela demonstração de como esse processamento pode ser influenciado por vários fatores associados à estratégia do indivíduo, às suas relações sociais e também ao contexto. Blair (2002, p. 244) propõe cinco classes de moderadores desse processamento, a saber: 1) motivos individuais e/ou sociais; 2) estratégias específicas de contraestereotipagem; 3) foco da atenção; 4) dicas do próprio estímulo e 5) características pessoais dos indivíduos a serem categorizados. Blair destaca ainda que os três primeiros estão associados à motivação do indivíduo receptor, enquanto as duas finais baseiam-se em manipulações fora do controle do indivíduo.

Os estudos discutidos na revisão feita por Blair (2002) já demonstravam que é possível, por meio de foco em aspectos contraestereotípicos, exercer uma influência no processamento automático de estereótipos. A autora sugere, baseando-se em pesquisas realizadas por outros autores, que esses efeitos possam ser de longo tempo (DASGUPTA; GREENWALD, 2001; KAWAKAMI *et al.*, 2000).

Um estudo que chama a atenção, devido à peculiaridade de seus resultados, é a pesquisa feita por Mitchell, Nosek e Banaji (2003), que distingue entre a classificação racial per se e a categorização solicitada na tarefa. Usando o IAT¹ para categorizar indivíduos que eram atletas negros valorizados socialmente ou políticos brancos rejeitados socialmente, observaram que, quando raça era saliente, atletas negros eram avaliados mais negativamente, enquanto quando o foco era em ocupação, o reverso acontecia. Uma série de experimentos permitiu concluir que atitudes automáticas são contínuas,

¹ IAT refere-se ao *Implicit Association Test*, em que os sujeitos são testados pela sua velocidade de associar (tocando uma tecla do computador) pares de conceitos, em geral palavras positivas e negativas, com imagens associadas ao objeto de interesse (ver GREENWALD, MCGHEE; SCHWARTZ, 1998).

construídas ao longo do processamento e que são inerentemente flexíveis e apropriadas, conforme a percepção do contexto, ainda que fora do controle consciente do receptor (MITCHELL; NOSEK; BANAJI, 2003).

Os autores daquele estudo alertam para o fato de que, embora essas medidas aparentem representar uma modificação na atitude do indivíduo, elas apenas se referem a uma resposta associada ao momento, e não é uma medida de mudança de atitude na questão racial. Isso ocorre porque atitudes são crenças que apresentam resistência à mudança e longa durabilidade. No caso dos resultados de Mitchell, Nosek e Banaji (2003), temos apenas que as reações automáticas associadas a uma atitude atrelada ao processamento de estereótipos podem ser modificadas. Ou seja, essas reações apresentam, claramente, uma maleabilidade de processamento estabelecida pela situação, mas não garantem uma mudança definitiva na avaliação de estereótipos, como os estudos de reconsolidação de memória buscam apreender.

Conforme Dunsmoor *et al.* (2016), uma forma importante para se esperar flexibilidade em aprendizado social é pelo estudo do aprendizado reverso, no qual, após um aprendizado condicionado, observa-se experimentalmente se o indivíduo pode atualizar o aprendizado (ou seja, descondicionar), dado que as condições mudaram. Esses autores observaram, por meio de técnicas da neurofisiologia, que sujeitos brancos e asiáticos que foram condicionados a esperar um choque toda vez que observavam a foto de um homem da raça negra, mas não a foto de um homem da raça branca, não conseguiram descondicionar esse medo. Enquanto isso, indivíduos de outro grupo que fizeram o experimento contrário (condicionados a esperar um choque nas fotos contendo homens brancos, mas não nas contendo homens negros) puderam ser descondicionados. Os autores alertam que alguns tipos de aprendizado social podem ter pouca flexibilidade e, assim, poderíamos alegar serem dependentes de uma ação mais específica.

Outros estudos que focam nessa mudança temporária, mas por outra via teórica, são aqueles que focam em *perspective taking* (tomada de perspectiva, em tradução livre). Conforme já mencionado, esses estudos partem do pressuposto que a habilidade do ser humano em se colocar no papel de outros causa impacto nos processamentos cognitivos do indivíduo, facilitando a redução da estereotipia, dessa forma, reduzindo o preconceito, pois facilita a percepção de similaridade entre indivíduos que não se percebem no mesmo grupo.

Berthold *et al.* (2013), dentro dessa linha teórica, discutem a ideia de similaridade aplicando o *Ingroup Projection Model* (MUMMENDEY; WENZEL, 1999), que defende a divergência entre a percepção de distância entre os grupos (meu grupo comparado com outros grupos), em relação ao grupo ideal. Dessa maneira, os grupos exteriores são percebidos como menos prototípicos, gerando a atitude e o preconceito negativos, pois essa percepção é associada com uma perspectiva mais egocêntrica. Os experimentos realizados por aqueles autores identificaram que as atitudes em relação aos grupos exteriores eram mais positivas devido à redução da percepção de similaridade prototípica entre os grupos internos e o grupo ideal. No entanto os autores sugerem que a mudança de atitude pode sofrer de uma questão de ordem, pois tanto a atitude negativa em relação ao grupo externo pode ser reduzida primeiro, e isso causar uma redução na percepção da proximidade do grupo interno em relação ao ideal, como a proximidade do próprio grupo com o grupo ideal pode ter sido reduzida primeiro, e isso causar uma atitude menos negativa em relação ao grupo externo. Os autores optaram por esta última explicação, mas deixam claro que isso não é um achado definitivo. O fato é que tanto um ponto como outro sugerem a capacidade de redução imediata da atitude em relação ao grupo externo por tomada de perspectiva. Outro alerta daqueles autores em relação ao resultado de seus estudos é a distância percebida entre os dois subgrupos (interior e exterior), pois quanto maior for essa distância, menor a possibilidade de redução por tomada de perspectiva, sendo possível até um efeito de ricochete (WEGNER, 1994), no qual a atitude negativa pode ser aumentada.

Sun *et al.* (2016) discutem se a tomada de perspectiva aumenta ou diminui a estereotipia, tomando como base o conceito de *need for cognitive closure* (NFC), ou a necessidade de conclusão cognitiva. Esse conceito, estabelecido por Webster e Kruglanski (1994), sugere que a decisão entre escolhas é baseada na avaliação entre custos e benefícios das opções associadas com a ação a ser realizada.

O processo, no caso, considera o esforço cognitivo e o custo dos erros de julgamento, assim como a redução de opções e liberdade depois de tomada a decisão. Webster e Kruglanski (1994) acreditam que indivíduos com alto nível de NFC podem aumentar seu nível de estereotipia depois de uma tomada de perspectiva, enquanto o reverso pode acontecer com indivíduos no outro extremo da escala. Focando em idosos, aqueles autores

encontraram, dentro do foco da tomada de perspectiva que indivíduos com alto nível de NFC descreviam, idosos utilizando mais aspectos associados aos estereótipos desses indivíduos, do que os participantes do experimento que tinham baixo nível de NFC. O mesmo foi encontrado para descrições de um dia na vida desses indivíduos, quando os sujeitos se imaginavam como sendo um idoso.

Os autores comentam que, durante um exercício de tomada de perspectiva, os atributos associados ao estereótipo ficam mais salientes para indivíduos com alta NFC e, por isso, tais indivíduos têm maior chance de usar esses atributos pré-existentes como base para a tomada de perspectiva. Esse fato ficou demonstrado em um dos experimentos realizados (estudo 2), pois, após a tomada de perspectiva, as características dos estereótipos estavam mais acessíveis no grupo com alta NFC. Assim, pode-se concluir que a tomada de perspectiva pode sim facilitar o efeito de ricochete, aumentando o preconceito, uma vez que facilita, pelo menos para alguns grupos específicos (alto nível em NFC), o acesso aos atributos associados ao estereótipo, salientando a importância da individualização nesse tipo de intervenção.

A acessibilidade parece ser um fator bastante importante na categorização por estereótipos. Leda Cosmides e colegas (KURZBAN; TOOBY; COSMIDES, 2001; COSMIDES; TOOBY; KURZBAN, 2003) discutiram a questão, demonstrando que essa categorização não é inevitável. Em uma série de experimentos realizados pelos autores, indivíduos poderiam ser identificados pela cor da camisa que usavam (parte de um mesmo time de basquete), ou pela cor da pele. Quando o primeiro estímulo estava presente, essa categorização era mais relevante, pois identificava o time ao qual o indivíduo pertencia em uma discussão a respeito de um jogo de basquete. A cor da pele só foi usada quando não havia um atributo mais relevante, como a cor da camisa, para categorizar os indivíduos. Como categorizar o indivíduo pela cor da pele é condição para o racismo, demonstrar o contrário implica em aceitar a reversibilidade do preconceito racial.

Aspectos associados à motivação de categorizar por raça servem mais a propósitos de preconceito puro e simples do que aos aspectos cognitivos. Assim, é importante salientar também, como os autores dos experimentos tornaram evidente, que aspectos de coalizão mais proeminentes fazem com que o indivíduo abandone o processamento com

base em raça. Nos experimentos conduzidos, apenas quatro minutos de exposição (tempo que durou a apresentação do estímulo no experimento) a uma alternativa para categorizar pessoas foram suficiente para erradicar algo tido como automático e natural. Para uma maior generalização do efeito, é bom acrescentar que, nesses estudos, o mesmo foi obtido para a classificação por sexo.

Portanto, temos que não só estereotipia é dependente da situação e reversível, como também a presença de dicas no estímulo recebido é capaz de favorecer o foco não racista da categorização, o que coaduna com os esforços antirracistas. Os estudos revistos acima indicam que alguns procedimentos podem ser efetivos em alterar o processamento por aspectos raciais, o que não significa ignorar a raça do indivíduo, mas removê-la como o foco da categorização, principalmente para indivíduos não negros, como forma de combater a categorização automática.

4. Novas realidades aplicadas nas relações sociais

Um dos grandes potenciais das novas tecnologias é a sua capacidade de alterar realidades. O game *Pokemon Go*, e sua rápida repercussão, causou movimentos de massa na direção dos pontos de captura de *Pokemons*, mas muito mais relevante que isso, trouxe uma infinidade de ideias a respeito da aplicabilidade de realidades virtuais e aumentadas (denominadas em conjunto como *mixed reality*) em problemas sociais. Por exemplo, Burrows e Blanton (2016) comentam uma série de exemplos de aplicações de mundos virtuais em problemas reais, principalmente na área de comunicação de saúde, como o jogo “*Nicot*” em que o objetivo dos jogadores era amassar cigarros e que combinado com uma intervenção psicossocial conseguiu aumentar as taxas de abandono do cigarro, mais do que em um grupo que teve a mesma terapia, mas não o jogo. Um jogo infantil de dirigir evitando cigarros e resolvendo mistérios associados ao tabagismo secundário também foi efetivo em reduzir aceitação de exposição ao cigarro e/ou intenção de fumar quando adulto. A simulação de um encontro sexual virtual entre homossexuais masculinos, que estimulava a dinâmica de negociação para realizar sexo seguro aliada a um aconselhamento, foi capaz de aumentar as taxas de sexo protegido dos participantes quando comparados com um grupo que recebeu o aconselhamento, mas não participou da simulação.

Dentro das novas formas de comunicação a realidade aumentada apresenta-se como uma boa candidata para atender às necessidades identificadas nas partes iniciais deste capítulo, visando a modificar as formas de categorização sociais automáticas e deletérias, principalmente aquelas associadas à raça. Conforme os estudos de tomada de perspectiva indicam, a percepção de similaridade causada por essa manipulação experimental pode ser efetiva em alterar o processamento associado à raça. A realidade aumentada é uma tecnologia emergente que transforma objetos do meio ambiente em informação virtual, dessa forma aumenta a interação entre a informação desejada e o mundo real, e por isso vai além do que é proposto pelas técnicas tradicionais de tomada de perspectiva que, em geral, dependem da capacidade imaginativa dos sujeitos sendo testados.

Assim, a *Immersive Virtual Reality* (IVR) oferece uma forma de tomada de perspectiva que coloca o indivíduo em uma nova representação do seu corpo. Peck, Seinfeld, Aglioti e Slater (2013) aplicaram um formato chamado de *virtual embodiment*, ou incorporação virtual, em uma tradução livre, em que os sujeitos do experimento teriam a representação racial do seu corpo alterada virtualmente. Quando os sujeitos do experimento, usando óculos de realidade virtual, olhavam para o reflexo dos seus corpos eles viam seus próprios corpos com uma diferente cor de pele. Combinando com essa mudança, os sujeitos vestiam uma roupa especial que permitia que seus movimentos fossem identificados e introduzidos no corpo virtual, aumentando a percepção de realidade observada no reflexo.

Nesse experimento foram avaliados os efeitos de incorporação de três diferentes tipos de corpos: pele escura, pele clara e pele roxa. Esta última incorporação foi incluída como forma de controle para verificar se apenas a mudança da cor da pele causaria algum efeito. Os resultados observados indicaram que indivíduos brancos que experimentaram uma vivência em um corpo com pele escura modificaram suas respostas ao IAT, indicando uma redução pelo menos imediata de respostas racistas tais, como associar adjetivos positivos mais rapidamente com brancos do que com negros.

Resultados como o mencionado acima têm sido bastante comuns na literatura, principalmente quando existe uma sincronia entre o estímulo visual e o toque físico, i.e., os sujeitos podem ver seus corpos com um diferente aspecto visual, ex. cor da pele, mas ao mesmo tempo que podem vê-lo, podem senti-lo sendo tocado, gerando uma impressão forte de posse

daquele corpo, impressão essa que é dependente da sincronia entre o visual e o físico; sem a sincronia essa percepção é reduzida. Outro ponto importante é que a observação seja feita em primeira pessoa, quando essa manipulação é removida, i.e., a chamada observação de terceira pessoa é utilizada, o efeito praticamente desaparece. Bunakou *et al.* (2016) chamam a atenção para o fato de que a estimulação viso-motora e a viso tátil possuem a mesma capacidade de gerar a percepção de posse daquele corpo experimentada virtualmente. Esses autores citam o trabalho de Kokkinara e Slater (2014), que compararam os dois tipos de influência e, embora com pouca diferença, encontraram que a estimulação viso-motora tem maior chance de causar a ilusão de próprio corpo, mas qualquer uma das duas depende igualmente da sincronia entre as informações visuais e físicas. Dessa maneira temos que a integração da consciência corporal virtual exige a propriocepção (ou cinestesia, definida como a percepção de automovimento e posição do corpo), associada com a informação visual do espaço ocupado, gerando uma incorporação (do inglês *embodiment*) daquela imagem como sendo o próprio corpo.

Dentro das propostas de foco no antirracismo, a realidade virtual (ou aumentada) pode ser a que tem a maior capacidade de alterar as formas de pensamentos e práticas associadas ao racismo, pela sua proposta de modificar a organização das crenças associadas às relações sociais permeadas pela raça. Os estudos mencionados nesta seção seguem um novo paradigma de estudo e atuação sobre as relações raciais, que partindo, mas indo muito além, da ideia básica de tomada de perspectiva oferecem uma oportunidade de experimentar de forma muito real o que é pertencer a um grupo estigmatizado. A rápida difusão dessa tecnologia, com a possibilidade de interação via celular (ex. *Pokémon Go*), permite que se acredite na sua capacidade de atuar em grandes camadas da população

Bunakou *et al.* (2016), utilizando de manipulação viso-motora, também encontraram que as atitudes implícitas (medidas por meio do IAT) dos sujeitos de pele branca incorporados virtualmente em corpos com pele negra reduziram a velocidade de associação de negros com adjetivos negativos, substituindo pelas associações positivas que esses sujeitos tinham consigo mesmos, tanto imediatamente como após uma semana, independentemente do número de exposições que os sujeitos tiveram com a incorporação da nova cor da pele. O grande diferencial deste estudo é a indicação de que o efeito perdura no médio prazo.

5. Considerações finais

Os esforços antirracistas observados em campanhas de igualdade racial e até mesmo em propostas de alterar os conteúdos comunicacionais como a publicidade contraintuitiva (LEITE, 2008 etc.), embora não possam ser abandonados, têm capacidade limitada de alterar os comportamentos racistas observados nas diferentes sociedades, pois dependem de uma alteração do processamento cognitivo do indivíduo, ou seja, uma mudança de processamento automático para um processamento controlado, que reproduza um novo processamento automático. Essa mudança já foi observada em situações experimentais, conforme discutido acima, mas encontra dificuldades de ser implementada no cotidiano, principalmente porque o processamento de conteúdos comunicacionais é facilitado pelo conteúdo armazenado anteriormente no cérebro dos indivíduos.

Outra dificuldade observada é que pode existir uma reação diferente entre presenciar uma ação racista fisicamente e por meio de conteúdos comunicacionais tradicionais. Kawakami, Dunn, Karmali e Dovidio (2009) observaram que em uma situação experimental imitando a realidade, um comentário racista de um indivíduo branco associado aos experimentadores sobre o comportamento de outro associado negro não causaram uma resposta efetiva de um indivíduo branco participando como sujeito do experimento, sendo que em outro grupo do mesmo experimento os sujeitos que apenas se imaginaram nessa situação previram um comportamento muito mais negativo em relação ao associado branco. Assim, é possível que as propostas igualitárias entre raças estejam muito mais na imaginação dos indivíduos do que nos seus atos, o que pode ser revertido pelas experiências propostas pela realidade aumentada.

Dessa forma, oferecer aos indivíduos uma oportunidade de vivenciar pessoalmente situações associadas aos grupos externos, por meio das novas tecnologias, pode quebrar esse ciclo de indiferença perante comportamentos racistas, fazendo com que o indivíduo transfira os efeitos previstos na sua imaginação que estão mais associados ao comportamento explícito para as interações racistas face a face, que segundo aqueles autores estão mais associadas às atitudes implícitas, as quais, como vimos acima, têm grande chance de serem alteradas mediante experiências virtuais.

Referências

- AGREN, T. Human reconsolidation: A reactivation and update. **Brain research bulletin**, v. 105, p. 70-82, 2014.
- ALBERINI, C. M. (ed.). **Memory Reconsolidation**. San Diego, CA: Elsevier, 2013.
- ALBERINI, C. M.; ANSERMET, F.; MAGISTRETTI, P. Memory reconsolidation, trace reassociation and the freudian unconscious. *In*: ALBERINI, Cristina (ed.). **Memory Reconsolidation**. San Diego, CA: Elsevier, 2013. cap. 14, p. 293-312.
- BARGH, J. A. The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects. *In*: CHAIKEN, S.; TROPE, Y. (ed.). **Dual process theories in social psychology**. New York: Guilford, 1999. p. 361-382.
- BERTHOLD, A.; LEICHT, C.; METHNER, N.; GAUM, P. Seeing the world with the eyes of the outgroup – The impact of perspective taking on the prototypicality of the ingroup relative to the outgroup. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 49, n. 6, p. 1034-1041, 2013.
- BLAIR, I. V. The malleability of automatic stereotypes and prejudice. **Personality and Social Psychology Review**, v. 6, n. 3, p. 242-261, 2002.
- BOURSCHEID, F. R.; CARNEIRO, P. A labilidade do conhecimento adquirido: gênese e renascimento dos estudos sobre o efeito de reconsolidação. **Psicologia USP**, v. 27, n. 1, p. 125-132, 2016.
- BROWN, J. A. C. **Técnicas de Persuasão**. Trad. Octavio Alves Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1971.
- BANAKOU, Domna; HANUMANTHU, Parasuram D.; SLATER, Mel. Virtual embodiment of white people in a black virtual body leads to a sustained reduction in their implicit racial bias. **Frontiers in human neuroscience**, v. 10, p. 601, 2016.
- BURROWS, Christopher N.; BLANTON, Hart. Real-world persuasion from virtual-world campaigns: How transportation into virtual worlds moderates in-game influence. **Communication Research**, v. 43, n. 4, p. 542-570, 2016.
- COSMIDES, L.; TOOBY, J.; KURZBAN, R. Perceptions of race. *Trends in cognitive sciences*, v. 7, n. 4, p. 173-179, 2003.
- DASGUPTA, N.; GREENWALD, A. G. On the malleability of automatic attitudes: Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 81, p. 800-814, 2001.

DEVINE, P. G. Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. **Journal of personality and social psychology**, v. 56, n. 1, p. 5, 1989.

DUNSMOOR, J. E.; KUBOTA, J. T.; LI, J.; COELHO, C. A.; PHELPS, E. A. Racial stereotypes impair flexibility of emotional learning. **Social cognitive and affective neuroscience**, v. 11, n. 9, p. 1363-1373, 2016.

EICHENBAUM, H. Hippocampus: cognitive processes and neural representations that underlie declarative memory. **Neuron**, v. 44, n. 1, p. 109-120, 2004.

FISKE, S. T. Stereotyping, prejudice, and discrimination. *In*: GILBERT, D.; FISKE, S.; LINDZEY, G. (ed.). **The handbook of social psychology**. 4. ed., v. 2. New York: McGraw-Hill, 1998. p. 357-411.

HUPBACH, A.; GOMEZ, R.; HARDT, O.; NADEL, L. Reconsolidation of episodic memories: a subtle reminder triggers integration of new information. *Learn. Mem.*, v. 14, p. 47-53, 2007.

JOST, J. T.; HUNYADY, O. Antecedents and consequences of system-justifying ideologies. **Current directions in psychological science**, v. 14, n. 5, p. 260-265, 2005.

KANDEL, E. R.; SCHAWARTZ, J. H.; JESSEL, T. M. (ed.). **Princípios da neurociência**. Barueri: Manole, 2003.

KAWAKAMI, K.; DOVIDIO, J. F.; MOLL, J.; HERMSEN, S.; RUSSIN, A. Just say no (to stereotyping): Effects of training in the negation of stereotype associations on stereotype activation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 78, p. 871-888, 2000.

KAWAKAMI, Kerry *et al.* Mispredicting affective and behavioral responses to racism. **Science**, v. 323, n. 5911, p. 276-278, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1997.

KOKKINARA, Elena; SLATER, Mel. Measuring the effects through time of the influence of visuomotor and visuotactile synchronous stimulation on a virtual body ownership illusion. **Perception**, v. 43, n. 1, p. 43-58, 2014.

KUBOTA, J. T.; BANAJI, M. R.; PHELPS, E. A. The neuroscience of race. **Nature Neuroscience**, v. 15, p. 940-948, 2012.

KURZBAN, R.; TOOBY, J.; COSMIDES, L. Can race be erased? Coalitional computation and social categorization. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 98, n. 26, p. 15387-15392, 2001.

LEITE, F. Comunicação e cognição: os efeitos da propaganda contra-intuitiva no deslocamento de crenças e estereótipos. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 1, p. 131-141. 2008.

LOFTUS, E. F.; PALMER, J. C. Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 13, p. 585-589, 1974.

MCGAUGH, J. L. Memory - A century of consolidation. **Science**, v. 287, n. 54-51, p. 248-251, 2000.

MUMMENDEY, A.; WENZEL, M. Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. **Personality and Social Psychology Review**, v. 3, p. 158-174, 1999.

MITCHELL, J. P.; NOSEK, B. A.; BANAJI, M. R. Contextual variations in implicit evaluation. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 132, n. 3, p. 455, 2003.

NADER, K. The discovery of memory reconsolidation. *In*: ALBERINI, Cristina (ed.). **Memory Reconsolidation**. San Diego, CA: Elsevier, 2013. cap. I, p. 1-9.

NADER, K.; HARDT, O.; EINARSSON, E. Ö.; E FINNIE, P. S. Capítulo 2: The Dynamic Nature of Memory. *In*: ALBIERI, Cristina (ed.). **Memory Reconsolidation**: San Diego, CA: Elsevier, 2013. p. 15-41.

PECK, Tabitha C. *et al.* Putting yourself in the skin of a black avatar reduces implicit racial bias. **Consciousness and cognition**, v. 22, n. 3, p. 779-787, 2013.

PEREIRA, M. E. **Psicologia Social de estereótipos**. EPU, Ed. Pedagógica e Universitária, 2002.

RYDELL, R. J.; MCCONNELL, A. R. Understanding implicit and explicit attitude change: A systems of reasoning analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 91, p. 995-1008, 2006.

RYDELL, R. J.; MCCONNELL, A. R.; MACKIE, D. M.; STRAIN, L. M. Of two minds: Forming and changing valence-inconsistent implicit and explicit attitudes. **Psychological Science**, v. 17, p. 954-958, 2006.

- RYDELL, R. J.; MCCONNELL, A. R.; STRAIN, L. M.; CLAYPOOL, H. M.; HUGENBERG, K. Implicit and explicit attitudes respond differently to increasing amounts of counterattitudinal information. **European Journal of Social Psychology**, v. 37, p. 867-878, 2007.
- SCHWABE, L.; WOLF, O. T. New episodic learning interferes with the reconsolidation of autobiographical memories. **PLOS ONE**, v. 4, p. 7519, 2009.
- SUN, S.; ZUO, B.; WU, Y.; WEN, F. Does perspective taking increase or decrease stereotyping? The role of need for cognitive closure. **Personality and Individual Differences**, v. 94, p. 21-25, 2016.
- WALKER, M. P.; BRAKEFIELD, T.; HOBSON, J. A. Dissociable stages of human memory consolidation and reconsolidation. **Nature**, v. 425, p. 616-620, 2003
- WEBSTER, D. M.; KRUGLANSKI, A. W. Individual differences in need for cognitive closure. **Journal of personality and social psychology**, v. 67, n. 6, p. 1049, 1994.
- WEGNER, D. M. (1994). Ironic processes of mental control. **Psychological review**, v. 101, n. 1, p. 34.
- WILSON, T. D.; LINDSEY, S.; SCHOOLER, T. Y. A model of dual attitudes. **Psychological review**, v. 107, n. 1, p. 101, 2000.
- XUE, Y. X.; LUO, Y. X.; WU, P.; SHI, H. S.; XUE, L. F.; CHEN, C.; EPSTEIN, D. H. A memory retrieval-extinction procedure to prevent drug craving and relapse. **Science**, v. 336, n. 6078, p. 241-245, 2012.